

ATENÇÃO SUBSEDES

TODOS CONTRA A PEC 66



O que é a PEC 66?

O Senado aprovou no fim de agosto uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC 66/2023) que:

- **Amplia** os prazos para refinanciamento de dívidas previdenciárias dos municípios
- **Altera** regras para o pagamento de precatórios
- **Impõe** de forma automática as regras da Reforma da Previdência aprovada por Bolsonaro para Estados, Municípios e DF.

Além de promover mais um calote no pagamento de precatórios, com novos prazos de quitação a perder de vista, a PEC pode fazer com que servidores tenham reduzidos seus direitos e passem a ser regidos por regras mais duras para se aposentar, como tempo e idade.

Se a PEC 66 for aprovada, Estados e Municípios serão OBRIGADOS a adotar as regras de previdência do regime geral, ou seja, a malfadada reforma de Bolsonaro.

Hoje os entes federativos NÃO SÃO OBRIGADOS a se adequar a essa reforma e podem adotar suas próprias regras previdenciárias. São Paulo já passou por reforma parecida em 2020 mas essa PEC pode endurecer ainda mais a vida dos servidores, retirando direitos e dificultando sua jornada até a aposentadoria.

CONFISCOS E MAIOR CARGA AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Entre muitas outras maldades, a PEC 66 pode também autorizar estados e municípios a subir as alíquotas de contribuição que representam verdadeiro confisco nos vencimentos de aposentados e pensionistas, sob pretexto de cobrir rombos nas contas previdenciárias desses entes federativos.

Em São Paulo, a derrubada do confisco exigiu habilidade política da deputada estadual e então presidenta da APEOESP, na ALESP. Nossa deputada já alertara durante a reforma da previdência estadual (2020-2021) que o confisco poderia vir.

Os deputados que votaram contra a reforma fizeram seus PDLs, mas só foi possível derrubar o confisco a partir do Projeto de Lei Complementar articulado pela Professora Bebel que, de forma inédita, foi assinado por todos os deputados, aprovado por unanimidade e sancionado pelo governador em 2022. Nenhum dos projetos individuais então apresentados tinha chances de prosperar e ser aprovado, pois a maioria governista não votaria em nenhum deles.

Para a devolução dos valores confiscados, a APEOESP ingressou com ação judicial, ao mesmo tempo em que o tema está passível de julgamento no Supremo Tribunal Federal. Na ALESP, tramita o PLC 136/2023, de autoria da deputada estadual e atual segunda presidenta da APEOESP, determinando que o que foi confiscado seja devolvido e que já tem parecer favorável na Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

APEC 66 representa uma carga ainda maior para o bolso dos servidores, além de um grande recuo social.

Vai colocar em risco servidores públicos aposentados, pensionistas e ativos.

Entendemos que a PEC 66/2023 é inconstitucional por violar o pacto federativo e a autonomia dos Estados e Municípios no que diz respeito à definição das regras previdenciárias que cada um decide adotar.

A PEC 66 também viola o princípio da proibição do retrocesso social.

Exigimos respeito com as entidades sindicais que até o momento não foram ouvidas, assim como não houve qualquer debate com a sociedade.

A participação popular é essencial para um processo legislativo democrático e transparente.

A ausência de consultas públicas demonstra falha grave na comunicação com quem será diretamente impactado pela proposta.

A PEC 66/2023 NÃO DEVE SER APROVADA, pois representa um retrocesso inaceitável para os servidores públicos e para a sociedade como um todo.

24 DE OUTUBRO - DIA DE LUTA

No dia 24 de outubro, seguindo o calendário nacional convocado pela CNTE, levaremos esclarecimentos a toda a sociedade sobre mais esse ataque aos nossos direitos.

Visite sua escola, converse com os colegas, leve essa informação sobre tudo de ruim que essa PEC poderá trazer para a sociedade, para os servidores aposentados e também para os da ativa. As subseções da APEOESP devem reunir demais entidades em suas regiões e promover panfletagens com este material.

Mobilize seu deputado federal para que não seja cúmplice desse absurdo, que vote contra esse ataque à nossa categoria.



SINDICATO DOS
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO
Filiado à **CUT** e **CUB**